



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

174

Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 130209-4/02 - Recife

Embargante: Saint-Gobain Quartzolit Ltda.

Embargado: Empresa de Factoring Porto Chaves Serviços Ltda E OUTROS

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

Des. Jovaldo
5469

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS. - Os embargos declaratórios são o recurso cabível para sanar eventuais omissões, obscuridades ou contradições no julgado. O aclaratórios não podem ser utilizados com a única finalidade de rediscutir a matéria já devidamente decidida no recurso de agravo. Ausentes as hipóteses o art. 535 do CPC, não há como prosperar o inconformismo. Aclaratórios conhecidos, porém à unanimidade rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração supramencionados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da **Quinta Câmara Cível** deste Tribunal, **UNANIMEMENTE**, em **REJEITÁ-LOS**, tudo em conformidade com a ementa e o voto em anexo, os quais passam a integrar este julgado.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

175

Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 130209-4/02 - Recife

Embargante: Saint-Gobain Quartzolit Ltda.

Embargado: Empresa de Factoring Porto Chaves Serviços Ltda E OUTROS

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Saint-Gobain Quartzolit Ltda opôs estes Embargos de Declaração contra acórdão lavrado à vista do julgamento do Recurso de Agravo nº 130209-4/02, em que são partes o embargante e a **Empresa de Factoring Porto Chaves Serviços Ltda E OUTROS**, ora embargados.

Em suas razões o embargante alega que a decisão embargada incorreu em contradição ao manter a sentença de primeiro grau. Ao fundamentar sua pretensão, o recorrente se limita a repetir todos os argumentos já lançados no apelo e no recurso de agravo.

Pugnou pelo conhecimento e provimento dos aclaratórios.

É o relatório.

Recife, 20 de janeiro de 2010.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

176

Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 130209-4/02 - Recife

Embargante: Saint-Gobain Quartzolit Ltda.

Embargado: Empresa de Factoring Porto Chaves Serviços Ltda E OUTROS

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

Como relatado, o embargante alega que a decisão recorrida incorreu em contradição ao manter a sentença de primeiro grau. Contudo, ao invés de apontar tal contradição, o recorrente se limita a repetir os argumentos constantes do apelo e do recurso de agravo.

Eis o teor do acórdão impugnado:

"EMENTA. RECURSO DE AGRAVO. APELAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. EXCLUSÃO DE PARTE ILEGÍTIMA PARA FIGURAR NO PROCESSO. EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. PRECEDENTES DO STJ. O chamamento ao processo de parte ilegítima para figurar no pólo passivo ação, em razão da existência de coisa julgada, enseja a condenação do chamante em honorários advocatícios, ante a aplicação do princípio da causalidade. Recurso de Agravo. Não provido. Decisão unânime. A parte recorrente não forneceu elementos suficientes para formar a convicção do órgão julgador a ponto de ensejar a reforma da decisão agravada."

Como relatado, o embargante interpôs estes aclaratórios com a finalidade de renovar todos os argumentos já lançados anteriormente no apelo e no recurso de agravo.

Não vislumbro, portanto, a ocorrência de qualquer das hipóteses do art. 535 do CPC. O que o requerente pretende, na verdade, é usar os embargos como recurso para o fim de modificar a decisão embargada, rediscutindo matéria já devidamente decidida no recurso de agravo.

É certo que a jurisprudência tem, excepcionalmente, admitido o cabimento de aclaratórios com efeito modificativo. No entanto, para que tal ocorra é necessária a presença dos requisitos da lei, tais como aqueles previstos no artigo 535 do CPC.

Por outro lado, se a decisão não fez justiça ao embargante, o recurso cabível para reformá-la é outro. Embargos declaratórios não se prestam para tal. Válida, nesse particular, a transcrição de julgado da lavra do Des. Jones Figueirêdo (ED nº 51828-7/01):



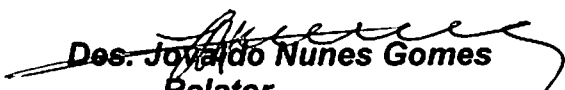
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

127

"Processual Civil. Embargos Declaratórios. Obscuridade, contradição e omissão. Inexistência. Rejeição. - Ao julgador impõe-se, tão-somente, deixar expressa a necessária fundamentação do decisório, dispensando-se-lhe de analisar a controvérsia sob o enfoque sustentado pelo embargante. - O órgão judicial não está obrigado a tecer considerações a respeito de todos os pontos levantados pelas partes; a fundamentação exigida pelo texto legal é, apenas, a que se referir aos elementos presentes na formação da convicção do juiz e suficientes para o desate da questão. Esta relatoria, contudo, analisou todos os pontos expostos, em nada se omitindo. - Os embargos declaratórios prestam-se a esclarecer, se existentes, omissões, obscuridades ou contradições no julgado, mas jamais para que este último se adapte ao entendimento do embargante. - Embargos rejeitados, à unanimidade de votos."

Desta feita, voto no sentido de conhecer e rejeitar os embargos opostos.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator